



**UNICEPLAC**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

**Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC**  
**Curso de Direito**  
**Trabalho de Conclusão de Curso**

**A acessibilidade jurídica: um direito dos surdos**

Gama-DF  
2024

**LUCIANA ALVES DA SILVA**

**A acessibilidade jurídica: um direito dos surdos**

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientadora: Prof. Dra. Rhêmora Ferreira da Silva Urzêda.

Gama-DF  
2024

**LUCIANA ALVES DA SILVA**

**A acessibilidade jurídica: um direito dos surdos**

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama-DF, 14 de novembro de 2024.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dra. Rhêmora Ferreira da Silva Urzêda  
Orientadora

---

Profa. Me. Caroline Lima Ferraz  
Examinadora

---

Prof. Dr. Luís Felipe Perdigão de Castro  
Examinador

## **A acessibilidade jurídica: um direito dos surdos**

Luciana Alves da Silva

### **Resumo**

Este estudo aborda o direito de acesso à justiça da comunidade surda no Brasil, destacando os desafios enfrentados e as leis que sustentam essa garantia, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Lei Brasileira de Libras (Lei nº 10.436/2002). A pesquisa procura entender as limitações ao acesso das pessoas surdas ao Poder Judiciário, com destaque para a falta de intérpretes de Libras nos tribunais, a carência de recursos de acessibilidade, e a insuficiente capacitação dos profissionais do direito para atender as especificidades dessa comunidade. Dividido em três partes, o trabalho analisa a construção histórica da identidade surda, o arcabouço legal que assegura a acessibilidade no sistema de justiça e propõe estratégias de inclusão. Por meio de uma abordagem qualitativa, conclui-se pela necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades e treinamentos especializados, ampliando o uso de Libras nos ambientes judiciais para garantir o pleno exercício dos direitos da população surda.

**Palavras-chave:** Surdos; Acessibilidade Jurídica; Inclusão Social; Direitos fundamentais.

### **Abstract**

This study addresses the right of access to justice for the deaf community in Brazil, highlighting the challenges faced and the laws that support this guarantee, such as the Statute of Persons with Disabilities (Law nº 13,146/2015) and the Brazilian Libras Law (Law nº 10,436/2002). The research explores the lack of Libras interpreters in courts, the lack of accessibility resources and the insufficient training of legal professionals to meet the specificities of this community. Divided into three parts, the work analyzes the historical construction of deaf identity, the legal framework that ensures accessibility in the justice system and proposes inclusion strategies. Through a qualitative approach, the study reinforces the need for public policies that promote equal opportunities and specialized training, expanding the use of Libras in judicial environments to guarantee the full exercise of the rights of the deaf population.

**Keywords:** Deaf; Legal Accessibility; Social Inclusion; Fundamental rights.